



## XXXIV ENCONSEL

Encontro Nacional dos Contadores  
do Setor de Energia Elétrica

IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributos  
sobre o lucro

IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contrato com Cliente

IFRS 16 (CPC 06-R2) - Arrendamento

IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos financeiros

Impactos Contábeis e fiscais



**XXXIV ENCONSEL**

Encontro Nacional dos Contadores  
do Setor de Energia Elétrica

# IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

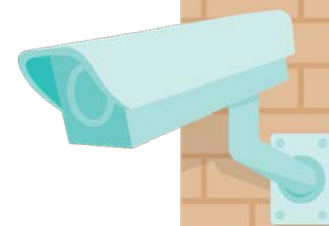




COMITÊ TRIBUTÁRIO

## Por que isso é importante?

- A legislação fiscal é complexa e sujeita a interpretação — muitas entidades precisam avaliar as incertezas tributárias na aplicação do CPC 32 / IAS 12.
- A contabilização de incertezas sobre tratamentos fiscais pode exigir julgamentos e estimativas significativas.
- A falta de orientação para a aplicação do CPC 32 / IAS 12 em relação a tratamentos fiscais incertos resultou em diversidade na prática.





COMITÊ TRIBUTÁRIO

## Escopo e aspecto temporal

IFRIC 23 aplica-se aos tratamentos usados ou planejados a serem usados na declaração fiscal da entidade sobre incertezas fiscais relacionados a tributos sobre lucro – ou seja, IRPJ e CSLL.

Em algumas jurisdições, as entidades podem incluir em suas declarações fiscais posições fiscais que são suportáveis ou defensáveis, mas não necessariamente serão aceitas pela autoridade fiscal.

Impostos correntes e diferidos incluídos nas demonstrações financeiras podem refletir uma incerteza de tratamento fiscal independentemente se a declaração fiscal do ano foi entregue.

# O que é uma incerteza de tratamento fiscal?

- A aplicação da legislação fiscal de tributo sobre lucro (no Brasil, IRPJ e CSLL) pode resultar em incertezas sobre:
  - ✓ Resultados sujeitos a tributação
  - ✓ Deduções fiscais
  - ✓ Prejuízo ou créditos fiscais não utilizados
  - ✓ Base fiscal de ativos e passivos
- Isso pode impactar impostos correntes e diferidos nas demonstrações financeiras.



## Conceito de “autoridade fiscal”

Todos os órgãos que decidem se os tratamentos tributários são aceitáveis pela legislação tributária, inclusive os tribunais. No Brasil, inclui esferas administrativas e judiciais.

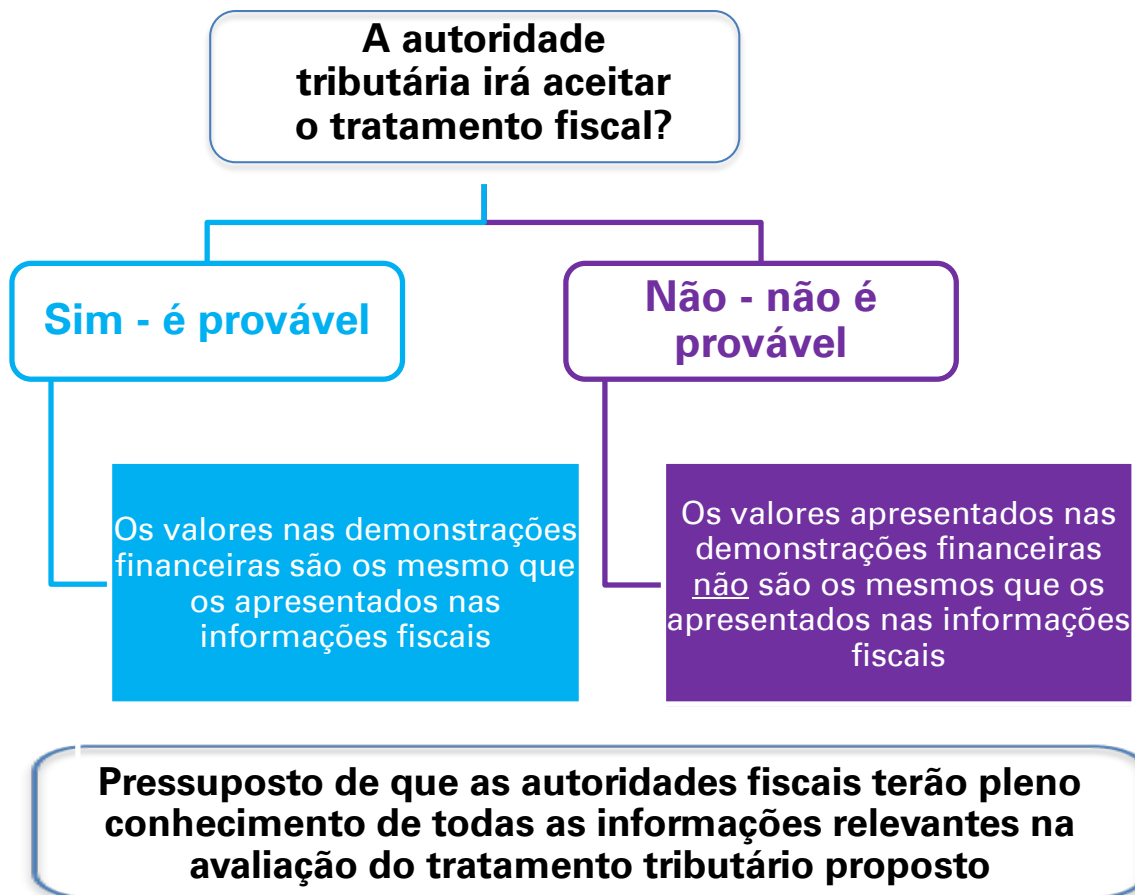






COMITÊ TRIBUTÁRIO

# Impacto contábil





## Outros aspectos da norma

- ✓ Análise de incertezas separadamente ou em conjunto
- ✓ Valor mais provável *versus* valor esperado
- ✓ Reforço da necessidade de cumprir requisitos de divulgação existentes
- ✓ Vigência: 1/01/2019





**XXXIV ENCONSEL**

Encontro Nacional dos Contadores  
do Setor de Energia Elétrica

# IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente

Impacto Contábil-Fiscal



COMITÊ TRIBUTÁRIO

# Neutralidade fiscal da Lei 12.973/14 (?)

***“Art. 58. A modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta Lei, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria.***

***Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, compete à Secretaria da Receita Federal do Brasil, no âmbito de suas atribuições, identificar os atos administrativos e dispor sobre os procedimentos para anular os efeitos desses atos sobre a apuração dos tributos federais.”***





**COMITÊ TRIBUTÁRIO**

# Neutralidade fiscal da Lei 12.973/14 (?)

## Pontos a debater:



Neutralidade está garantida?



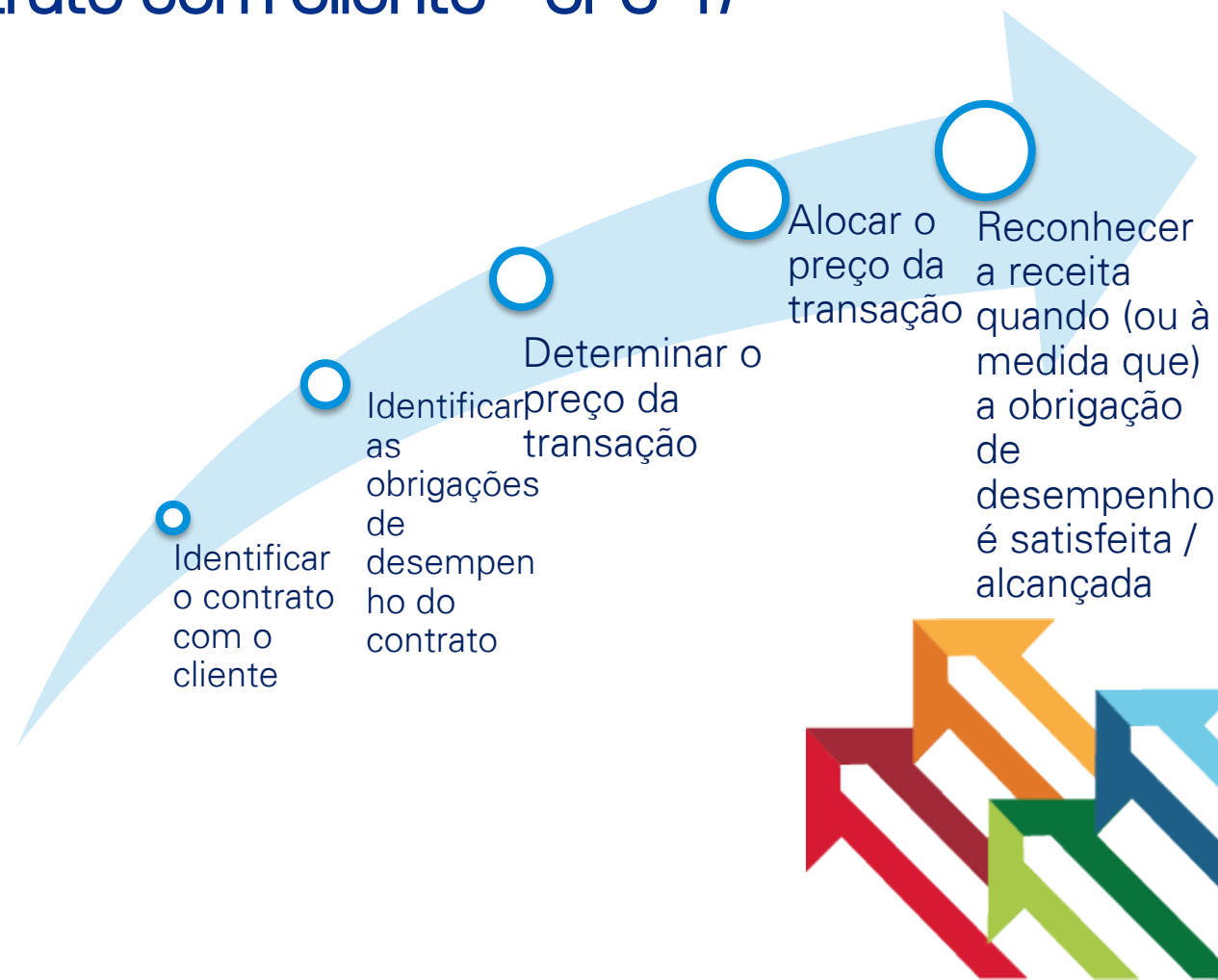
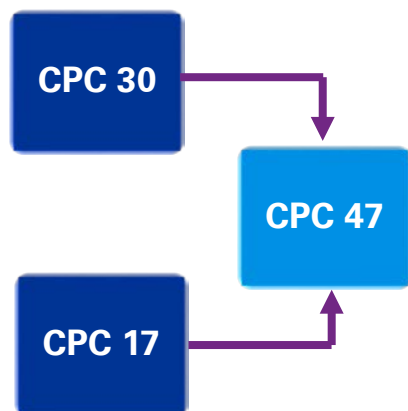
Nova lei pode acatar a regra contábil?



A princípio contempla apenas os tributos federais; o que fazer em relação ao ICMS, ISS?



# Receita de Contrato com Cliente - CPC 47





# O que divulgar?



Novos **requerimentos de divulgação** (qualitativa e quantitativa) que afetam **todas as empresas**.







COMITÊ TRIBUTÁRIO

# Receita de Contrato com Cliente – CPC 47

A RFB promulgou a Instrução Normativa (IN) n.º 1.771, de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os atos para neutralizar eventuais efeitos tributários em decorrência da adoção do CPC 47 – Contratos com clientes.

O anexo contém 29 itens e os principais são:

- **Receita Bruta:** reforça o comando legal relativo à receita bruta para fins tributários (critério anterior ao CPC). Eventual diferença decorrente do novo critério deverá ser registrada em conta específica de “**ajuste da receita bruta**”. (Art. 6 da IN n.º 1.771);
- **Plano de Contas Referencial:** Os ajustes oriundos da referida norma contábil serão discriminados no PCR de acordo com a origem da diferença. (Art. 11 da IN n.º 1.771);
- **Ajustes de adição e exclusão:** disciplina que devem ser efetuados ajustes para anular eventuais efeitos na determinação do lucro real e do resultado ajustado na **Parte A do e-Lalur/e-Lacs**. Controle dos ajustes na **Parte B – do e-Lalur/e-Lacs**. (Art. 13 e 17 da IN n.º 1.771);







COMITÊ TRIBUTÁRIO

XXXIV ENCONSEL  
Encontro Nacional dos Contadores  
do Setor de Energia Elétrica

# Receita de Contrato com Cliente - CPC 47

- **Lucro Presumido/Arbitrado e PIS/Pasep e Cofins Cumulativos:** dispõe sobre os ajustes no âmbito da apuração das bases de cálculo dos supracitados tributos, exigindo controle específico que demonstrem detalhadamente, por operação, eventuais **diferenças entre as receitas e despesas consideradas na apuração e no contábil.** (Art. 22 a 25 da IN n.º 1.771)
- **PIS/Pasep e Cofins Não Cumulativos:** dispõe sobre os ajustes no âmbito da apuração das bases de cálculo dos referidos tributos, exigindo controle específico que demonstrem detalhadamente, por operação, eventuais diferenças entre as receitas e despesas consideradas na apuração e no contábil. Estabelecendo, ainda, que as demais receitas, **também deverão ser mensuradas conforme a legislação tributária e os critérios contábeis anteriores.** (Art. 26 e 27 da IN n.º 1.771);

Impactos no setor  
elétrico?  
Distribuidoras  
podem ser  
impactadas (smart  
grid)?



Impacto nas  
geradoras – RAG /  
GAG melhorias ?





**XXXIV ENCONSEL**

Encontro Nacional dos Contadores  
do Setor de Energia Elétrica

# IFRS 16 – Arrendamento

Impacto Contábil-Fiscal



COMITÊ TRIBUTÁRIO

# IFRS 16 - Reconhecimento Contábil

	Arrendamento Operacional	Arrendamento Financeiro	Arrendamento Mercantil
<b>Ativo</b>	Nenhum ativo reconhecido	Ativo Imobilizado	Direito de uso do ativo
<b>Passivo</b>	Nenhum passivo reconhecido	Passivo de arrendamento	Passivo de arrendamento
<b>Resultado</b>	Despesa de arrendamento operacional	Depreciação e despesa financeira	Depreciação e despesa financeira
	IAS 17		IFRS 16





COMITÊ TRIBUTÁRIO

# Arrendamento Mercantil – Lei 12.973/14

## ❑ Aspectos fiscais da Atualidade – Ano Calendário de 2018 (IRPJ/CSLL)

Matéria	Embasamento	Efeito Fiscal	Efeito
Arrendamento Mercantil Financeiro	Lei 12.973/14 IN 1700/17	<ul style="list-style-type: none"><li>Nos contratos de arrendamento mercantil devemos reverter os efeitos da depreciação e juros contratuais que se encontram no resultado societário da demonstração financeira do período</li><li>Excluir as parcelas pagas a título de contraprestação</li></ul>	Temporário





**XXXIV ENCONSEL**

Encontro Nacional dos Contadores  
do Setor de Energia Elétrica

# IFRS 9 - Instrumentos

# financeiros

## Impacto Contábil-Fiscal



**COMITÊ TRIBUTÁRIO**

## Qual é o objetivo?

O objetivo é que as entidades divulguem informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar:

- a significância dos instrumentos financeiros para o balanço e o resultado da entidade;
- a natureza e a extensão dos riscos decorrentes desses instrumentos financeiros, tanto para o período quanto para a data do balanço; e
- como a entidade gerencia esses riscos.





COMITÊ TRIBUTÁRIO

## O que muda ?

- Requisitos adicionais de divulgação surgem principalmente nas áreas destacadas a seguir:
- Investimentos em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).
  - Perdas ao valor recuperável, incluindo:
    - gerenciamento de risco de crédito;
    - informações quantitativas e qualitativas sobre os montantes de perdas de crédito esperadas; e
    - exposição ao risco de crédito.
  - Contabilidade de hedge.







COMITÊ TRIBUTÁRIO

# Informações a serem usadas

**A entidade deve usar todas as informações razoáveis e suportáveis,  
disponíveis sem custo ou esforço excessivo**

Eventos  
passados



Condições atuais



Condições  
econômicas futuras

Informações '*forward-looking*'...



# Aspectos fiscais

## Ato Declaratório Executivo COSIT 1/2018, de 16/01/2018

- O CPC 48 não contempla modificação ou adoção de novos métodos ou critérios contábeis ou a modificação ou sua adoção não produz efeitos na apuração dos tributos federais
- Caso adotado pelas pessoas jurídicas em geral não é necessário ajustes na apuração dos tributos federais



## Aspectos fiscais (cont.)

**Instrumentos financeiros - operações realizadas em mercados de liquidação futura: art. 32 da Lei 11.051/2005 já determina o reconhecimento dos resultados positivos ou negativos para efeito de determinação da base de cálculo do IRPJ, da CSLL, do PIS e do COFINS por ocasião da liquidação do contrato, cessão ou encerramento da posição**

**Discussão: impacto nas transmissoras e comercializadoras**





**COMITÊ TRIBUTÁRIO**



**XXXIV ENCONSEL**

Encontro Nacional dos Contadores  
do Setor de Energia Elétrica

**A informação aqui contida é de caráter geral e não está direcionada às circunstâncias concretas de uma pessoa ou entidade. Embora tenhamos procurado fornecer informações precisas e atuais, não podemos garantir que tais informações continuarão precisas no futuro ou no momento em que se tenha acesso a elas. Portanto, qualquer ação que se possa adotar utilizando estas informações como referência, deve ser precedida de uma assessoria profissional considerando as particularidades da situação.**





# XXXIV ENCONSEL

Encontro Nacional dos Contadores  
do Setor de Energia Elétrica

# Obrigado !

**Pedro Anders**

Tax

Sócio

Tel.: +55 (11) 3940-1500

[panders@kpmg.com.br](mailto:panders@kpmg.com.br)